

**CRIAR A NAÇÃO POR HERDAR O IMPÉRIO:  
TRADIÇÃO E MODERNIDADE NO PROJETO  
NACIONAL DE JOSÉ BONIFÁCIO**

**CREATING THE *NATION* BY BEQUEATHING THE  
*EMPIRE*: TRADITION AND MODERNITY IN  
THE JOSÉ BONIFÁCIO NATIONAL PROJECT**

Ana Rosa Cloclet da Silva\*

**Resumo:** O presente artigo reinscreve as ideias e projetos políticos de José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) na dialética entre *tradição e modernidade*, que dera o tom do reformismo ilustrado luso-brasileiro. Para tanto, identifica no esforço conjunto pela confecção de reformas destinadas a “emendar o velho Reino”, as bases do projeto para se “criar uma nova Nação”.

**Palavras-chaves:** José Bonifácio. Império. Reformismo.

**Abstract:** This article reinscribes ideas and political projects of Jose Bonifacio de Andrada e Silva (1763-1838) in the dialectic between *tradition and modernity*, which had given the tone of the Luso-Brazilian illustrated reformism. For that, identifies the effort by making reforms to “amend the Old Kingdom”, the foundation of the project to “create a new nation.

**Keywords:** Jose Bonifacio. Empire. Reformism.

---

\* Professora na Faculdade de História da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC - Campinas). E-mail: [cloclet@ig.com.br](mailto:cloclet@ig.com.br)

## INTRODUÇÃO

O interesse renovado pela *questão nacional* tem, inegavelmente, tornado-se uma quase obviedade na recente produção historiográfica brasileira. Sintonizada com trabalhos produzidos por historiadores de diversos países – sob influência da chamada “crise dos Estados-Nacionais contemporâneos” e do aporte teórico-metodológico oferecido pela “Nova História Política”<sup>1</sup> – tal tendência conduz à incontornável revisitação de abordagens consagradas pela historiografia brasileira, sobretudo da segunda metade do século XX, pautadas por ênfases diferenciadas nos aspectos de continuidade e ruptura resguardados pela instável e não linear transição da colônia à nação independente.<sup>2</sup>

Especificamente, mantém-se viva a fecundidade daquelas contribuições que, recusando a verdadeira obsessão em se identificar no passado colonial as supostas “origens da Nação” – tendência esta consagrada pela linhagem historiográfica varnhageniana<sup>3</sup> e respaldada pelas atividades do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)<sup>4</sup> - denunciaram pioneiramente o quão anacrônico e politicamente tendencioso se mostra tal procedimento. Assim, desmistificando a tese da determinação do Estado sobre a Nação, revelaram seu caráter *artificial*, bem como a complexidade e indeterminação daquela “fecunda transação entre passado colonial e as novas instituições nacionais”.<sup>5</sup>

Sob tal perspectiva, o peculiar encaminhamento dos eventos que, na América portuguesa, marcaram a *crise do Antigo Regime* e a formação, não coetânea, do *Estado* e da *Nação brasileiros* ganha novos significados e abrangências, esgarçando facetas inéditas do inevitável processo de reinvenção do projeto nacional no contexto assinalado. Uma dinâmica ritmada pelas variáveis macro-históricas do período, em suas manifestações internas específicas: os desdobramentos da Revolução Francesa implicando a transferência da Corte para a colônia americana (1808), seguida pela sua elevação à condição de Reino Unido (1815) e a preservação de um herdeiro legítimo da Coroa no Brasil, até 1831, abrindo um processo de independência ressentido de uma autêntica revolução burguesa, tal qual nos países Europeus ocidentais, e adensado pela presença do escravismo.<sup>6</sup>

É este o enfoque que justifica a relevância atribuída a José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), principal mentor e articulador da opção pela Monarquia Constitucional. Suas ideias e projetos políticos desvendam a dificuldade da empresa a qual se propunha: “criar então, como por milagre, uma Nação nova, grande e respeitável”<sup>7</sup>, a partir de bases tipicamente coloniais.

Focalizado sob uma perspectiva de “longa duração”, o projeto nacional andradino, parcialmente vingado em 1822, esgarça não só a incontestável filiação de ideias e práticas políticas entre os principais protagonistas do reformismo ilustrado luso-brasileiro – no âmbito do qual formou-se intelectualmente -, mas a própria convergência entre suas formações de homens públicos com as

visões imperiais então produzidas, reveladoras dos elos entre os projetos de Império luso-brasileiro e Império Brasílico.

A nosso ver, esta mobilização transatlântica de intelectuais e estadistas em torno de problemas e soluções percebidos na sua *dimensão imperial* explica e condiciona, em grande medida, não só a dinâmica entre as continuidades e rupturas sob a qual processou-se a crise e superação do Antigo Regime português, mas a forma geo-política assumida pela nação americana independente, nitidamente descompassada em relação ao movimento verificado no contexto internacional do XIX – marcado pelo triunfo da ideia nacional<sup>8</sup> e pela derrota do império napoleônico – e permanentemente ameaçada pela falta de coesão interna ao novo corpo político autônomo.

A presente discussão, portanto, reinscreve as ideias e projetos políticos de José Bonifácio na dialética entre *tradição e modernidade*, que dera o tom do reformismo ilustrado luso-brasileiro, identificando no esforço conjunto pela confecção de reformas destinadas a “emendar o velho Reino”<sup>9</sup>, as próprias bases do projeto para se “criar uma nova Nação”.

## O “BRASIL” NA ANTEVISÃO REFORMISTA

Em 24 de Fevereiro de 1777, o Rei D. José despedia-se da vida, passando o trono à sua herdeira, Maria I, sob recomendações de que esta governasse “com muita suavidade, paz e justiça, promovendo a felicidade do povo”<sup>10</sup>. Sua morte marcara uma ruptura fundamental e, num sentido muito mais amplo que a eliminação física do Rei, seguida pelo afastamento do Marquês de Pombal do cargo de primeiro Ministro, o que desde antes agonizava era o próprio Antigo Regime português.<sup>11</sup>

Desde então, o tratamento prescrito ao doente não mais poderia ser pautado na combinação entre *Iluminismo e despotismo clássico, princípios ilustrados e ortodoxia mercantilista*, nos termos que singularizaram a administração pombalina. Permeado por tensões tipicamente estamentais<sup>12</sup>, convivendo com a invasão das ideias ilustradas e com uma série de dificuldades econômicas a exigirem uma pronta solução, o reinado de Maria I indicava uma crescente complexidade da vida, refletindo e informando novas abrangências que, articuladas, definiram os rumos do Estado português.

Desde então, engendrar uma rearticulação de forças e ideias capaz de apresentar uma resposta aos problemas prementes consistiu no dilema imposto ao novo governo. Este, se por um lado atestou a rejeição da orientação política anteriormente adotada e o reempossamento de antigos setores nas malhas do poder – medidas que significaram uma “viradeira” na condução da política nacional -, por outro, não pode ignorar a capacidade de determinação dos elementos que transitaram da fase anterior.

Dentre estes, preservava-se a própria natureza das causas associadas à suposta “decadência da Monarquia”<sup>13</sup>, impondo ao corpo de estadistas duas preocupações centrais legadas da administração pombalina: *formar homens públicos*, tecnicamente preparados e politicamente comprometidos com os interesses da Monarquia absolutista, e promover a retomada da *prosperidade econômica do Reino*, reconhecidamente dependente de uma profunda redefinição da política colonial e, particularmente, da dinamização do *sistema luso-brasileiro*.<sup>14</sup>

Guiados por estas diretrizes, além da permanência de vários homens de Pombal em “postos-chaves” do poder - como era o caso de Francisco de Lemos, mantido na reitoria da Universidade de Coimbra até outubro de 1778, e de Martinho de Melo e Castro, que transitara do ministério pombalino para a Secretaria da Marinha e Negócios Ultramarinos - inúmeras reformas e empreendimentos foram sancionados pela Coroa. Assim, dando ensejo ao processo de “alteração dos esquemas mentais”, a Rainha acelerou o processo de reorganização do ensino, recompondo o quadro de lentes de Gramática, Filosofia, Retórica e Desenho, bem como dos “mestres de ler, escrever e contar”, para todo o Reino; criou dezoito escolas para meninas em Lisboa e aprovou uma série de colégios de iniciativa particular.<sup>15</sup>

Uma especial atenção foi dada ao ensino “superior, científico e especializado”. Assim, com o intuito de instruir os portugueses na arte e prática da navegação, criou por carta de 5 de Agosto de 1779 a Academia Real da Marinha, seguida três anos depois pela Companhia dos guardas-marinhas. Em 1790, efetivou-se o impulso à formação de oficiais do exército, por meio da fundação da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, que seguia o sentido original do Colégio dos Nobres. O incentivo ao ensino público das Belas-Artes veio através da criação da Aula de Debuxo e Desenho, no Porto, em Novembro de 1779. No colégio de São Jorge, foi criada a Real Casa Pia de Lisboa, em 1782, cujas atribuições eram, simultaneamente, de instrução, correção e educação.<sup>16</sup>

No clima destas reformas, a própria orientação pedagógica da Universidade de Coimbra - apesar de todo o movimento pela reabilitação das doutrinas e práticas conservadoras aí processado - não comportou mudanças substantivas, o que explica o teor das reformas encaminhadas a partir de 1777, convergentes no sentido de romper com o isolamento cultural do Reino e orientadas pelo pragmatismo da ilustração portuguesa. Já em outubro daquele ano, tornava-se pública a Biblioteca da Universidade, com a nomeação de Ribeiro dos Santos para seu bibliotecário, e dava-se início à reorganização do corpo das disciplinas, delineadas segundo um esquema “humanístico-científico”<sup>17</sup>. Da mesma forma, iniciava-se a organização de um *Corpo de Legislação portuguesa antiga e moderna*, cuja finalidade era efetivar a criação da cadeira de Direito pátrio, em substituição ao romano.<sup>18</sup>

Grande parte destas reformas foram implantadas após a posse do Reitor Principal de Castro que, eleito em 3 de Dezembro de 1785, conduziu a reestruturação da disciplina acadêmica de acordo com o espírito das reformas pombalinas, contando para tanto com a colaboração de José Monteiro da Rocha - presença influente naquelas reformas e nomeado vice-reitor da Universidade em janeiro de 1786 - e com as resoluções de José de Seabra da Silva, então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino.<sup>19</sup>

Assim, em 1786, Principal de Castro proibia o uso de *Sebentas* ou livros manuscritos pelos estudantes, exigindo dos lentes a composição dos *Compêndios Escolares*, conforme estipulado pela reforma pedagógica de Pombal<sup>20</sup>. Por carta régia de 17 de Dezembro de 1794, extinguiu-se a Mesa Censória, substituída pela *Direção Geral dos Estudos*, o que, transferindo para a Universidade a “inspeção, governo e direção dos referidos Estudos”, tornava sua influência preponderante na direção da instrução pública. Além disso, mudava-se o regime financeiro da Universidade - cobrando-se a décima anual dos seus rendimentos e passando a ser coletados os seus lentes - e procedia-se à diminuição das cadeiras humanistas, com novo incentivo ao desenvolvimento das ciências experimentais.<sup>21</sup>

No conjunto, estas reformas refletiam a necessidade de aliar conhecimentos técnicos e científicos a qualidades morais, formando homens de procedimento “honesto, grave e nobre”, capazes de darem recíprocas provas de “aplicação e aproveitamento”, sem qualquer possibilidade de ruptura com os limites do poder estatal. Esta a “verdadeira missão dos estabelecimentos de ensino, literários e científicos” do governo mariano.<sup>22</sup>

Dentre os empreendimentos científicos sancionados pelo reinado de Maria I, a criação da *Academia Real das Ciências de Lisboa*, em dezembro de 1779, foi o que mais fielmente exprimiu o sentido da orientação mental e política do reformismo pós-pombalino, fecundando a principal herança da ilustração portuguesa - seu *pragmatismo cientificista*<sup>23</sup> -, agora aprofundada e alçada a um grau máximo de validação política.<sup>24</sup>

Nas palavras de D. João Carlos de Bragança - o duque de Lafões - a instalação da Academia revelava-se “o esforço mais direto e profícuo” para alçar Portugal ao estágio da civilização europeia e para “dar convergência às capacidades mentais que neste país se esterilizavam pelo isolamento”<sup>25</sup>, opinião que convergia com o diagnóstico elaborado pelos primeiros “estrangeirados” setecentistas, os quais atrelavam o *atraso cultural* do Reino à sua deterioração econômica e política, no plano internacional.

A *Academia Real das Ciências de Lisboa* revelou-se, assim, a instância articuladora da *ilustração* e os novos rumos do *reformismo* luso-brasileiro. Os intelectuais aí reunidos, em sua maioria provenientes da Universidade de Coimbra, aliaram a uma eclética absorção das ideias do século, os conhecimentos empíricos provenientes da metódica investigação dos três reinos da natureza -

levada a cabo pelos procedimentos da História Natural<sup>26</sup> - equacionando a partir destas bases as diversas ordens de problemas que afligiam o Império na sua totalidade. Na sua produção intelectual iam beber os homens do poder - muitos deles, aliás, sócios da agremiação - orientando pela literatura memorialista<sup>27</sup> as políticas fomentistas para o Reino e o Ultramar.<sup>28</sup>

Ao promover esta peculiar associação entre *saber e poder*<sup>29</sup>, a agremiação científica converteu-se – a despeito da eficácia das políticas nela arquitetadas - numa esfera privilegiada da transformação mental e cultural que a modernização do país ao mesmo tempo requeria e implicava. No seu seio, compunha-se a síntese do “estadista intelectualizado”: perfil de homem público idealizado desde o reinado anterior e que tivera em D. Rodrigo de Sousa Coutinho sua mais completa realização.<sup>30</sup> Aí, também, formulava-se uma dada *visão global e integrada do Império*, subsidiada pela articulação entre as diversas instituições voltadas para a “observação e experimentação”<sup>31</sup>, e na qual, progressivamente, assumia destaque o Brasil.

Na verdade, é possível afirmar que, se há uma flagrante perenidade da ideia de Império na tradição lusa, remontando aos cronistas dos Quinhentos e dos Seiscentos, a novidade que se instala desde o início do século XVIII, no pensamento de estadistas como D. Luís da Cunha<sup>32</sup>, é que sua inspiração parte de uma reflexão cosmopolita acerca da fragilidade de Portugal no equilíbrio de poder europeu.<sup>33</sup> Neste contexto, as Conquistas deixam de ser vistas como meros “acessórios” de Portugal, passando a “seu principal e ainda garantes da sua conservação, e principalmente as do Brasil”.<sup>34</sup>

Esta concepção, por sua vez, era reforçada por outro traço marcadamente conservador do reformismo luso-brasileiro, fruto do *diagnóstico decadentista* que orientava suas reflexões.<sup>35</sup> Basicamente, a verdadeira obsessão pelo conhecimento do passado nacional – no qual fincavam uma mítica “idade de ouro” de Portugal<sup>36</sup> – fazendo da História, analogamente ao método experimental empregado pelas Ciências Naturais, o campo privilegiado para a constatação e extração de regras a serem adotadas na vida política e social.

Sob tal perspectiva, denunciava-se a própria dependência da *autoridade política* em relação à *tradição*, condicionando a sustentação da soberania monárquica não só a uma noção de território nacional atrelada ao processo de verdadeira subordinação da natureza, mas a uma noção de tempo específica, implicando que o próprio adentramento de Portugal na “modernidade” fosse, naquele momento, pensado a partir do conceito de “*Restauração*”.<sup>37</sup> Sedimentado pela reconstrução histórica, este *passado* acabava confirmando a ideia de decadência e, desse modo, justificando a própria *articulação* do sistema luso-brasileiro, naquele momento, reconhecidamente fragilizado.<sup>38</sup>

Em outros termos, é a convicção de que “sem o Brasil, Portugal é uma insignificante potência”<sup>39</sup>, que passava a inspirar as políticas reformistas no sentido de engendrar um novo modelo de exploração colonial, no qual o



desenvolvimento da metrópole era concebido conjunta e articuladamente ao da colônia. Reformas internas para o “velho Reino” e fomentismo nos domínios seriam, portanto, as novas bases da dinâmica imperial, potencializada pelo comércio entre as partes. Colocando a *natureza* como base e justificativa da *coesão imperial* e do *impulso econômico*, é este o momento que marca uma nova concepção do Império, pautada na percepção da singularidade do até então genérico Brasil, “(re)inventado”, portanto, no bojo de uma determinada cultura científica do final do Setecentos.

## OS PROJETOS ANDRADINOS PARA O BRASIL

Em 1789, José Bonifácio ingressava como sócio correspondente na Academia das Ciências de Lisboa, após ter cursado as Faculdades de Leis e Filosofia<sup>40</sup> em Coimbra. Inseria-se, assim, na principal instância capitaneadora da empresa reformista, compartilhando da preocupação comum aos demais sócios com a regeneração econômica do Reino e de uma orientação intelectual que primava pela indissociável articulação entre teoria e prática a serviço da Monarquia, conforme aprimorado durante seu escalonamento para uma excursão científica por diversos países europeus, entre 1790 e 1800.<sup>41</sup>

Deste então, o alinhavo entre a *formação intelectual* adquirida no Reino e estrangeiro e sua *experiência de homem público*, deveu-se à ocupação de diversos cargos públicos em Portugal, em relação aos quais José Bonifácio nutriu um apurado senso crítico.

Além de encarregar-se, particularmente, da reorganização dos trabalhos das Minas<sup>42</sup>, sob a tutela de D. Rodrigo de Sousa Coutinho - então Ministro da Marinha e Ultramar e presidente do Real Erário -, o conceituado mineralogista assumiria, em maio de 1801, a cadeira de Metalurgia da Universidade de Coimbra, destinada a “formar um quadro de técnicos”. Entretanto, apesar do inicial entusiasmo com as novas ocupações - das quais esperava “resultar algum aumento de instrução à mocidade estudiosa, e à caríssima pátria”<sup>43</sup> - em breve José Bonifácio registraria sua indignação com o conservantismo reinante no interior da Universidade, contra o qual se indispusera nos tempos de estudante. Neste sentido, indignava-se:

Não me admiro que estes sátrapas da Universidade, atrevidos e pedantes, queiram ajuizar de tudo sem poderem aprender a ver as coisas de monta [...]. Pobres Lesmas, eu me compadeço da sua ignorância, e rio da sua tola basofia. E se não diga-me, meu amigo, que viram estes gafanhotos? Onde e com quem estudaram? Nem sequer sabem da Literatura da Europa senão o que lêem, em alguns poucos livros velhos Franceses, porque as suas novas produções não lhes chegam

e da sua jurisprudência mesmo as unhas ignoram o que a vinte anos se tem escrito na só Alemanha. Mas torno a dizer; são Portugueses, e isto lhes basta.<sup>44</sup>

Se o clima intelectual coimbrão limitava o alcance de sua atuação pública, não seriam menores as dificuldades impostas, principalmente após 1804, momento em que o afastamento de D. Rodrigo da vida pública provocara um redirecionamento das oposições políticas por ele sofridas, para os seus aliados. Neste sentido, já em maio de 1804, José Bonifácio era afetado pelo corte nos poderes administrativos da Intendência Geral das Minas - decretado por Luis de Vasconcelos e Souza - estando, desde então, submetido ao controle da “Direção da Fábrica das Sedas e Obras de Águas Livres”.<sup>45</sup>

São inúmeros os documentos andradinos que, a partir de seu ingresso nos cargos públicos do Reino, registram suas críticas às dificuldades em exercê-los, à pouca remuneração por eles obtida - insuficiente para sustentar as “exterioridades” necessárias ao alcance de respeitabilidade junto ao povo<sup>46</sup> - e à falta de competência dos portugueses, segundo ele uma gente “vadia” e “preguiçosa”, que vive “a comer de ofícios e ocupações públicas”.<sup>47</sup> Tais queixas, por sua vez, eram feitas sempre num tom comparativo com o exercício das mesmas atividades em outros países europeus, nos quais os Intendentes “têm avultados ordenados, além de grandes privilégios e nobreza *ipso facto* adquirida [...]”.<sup>48</sup>

Na elaboração destas críticas, José Bonifácio esclarecia não estar sendo guiado pelos valores da honra e do privilégio, contra os quais era incansável em combater. Entendendo o valor à Fidalguia como coisa de toda “a nação ignorante ou preguiçosa”<sup>49</sup>, o que ele reivindicava não era a condecoração da pessoa - ainda “que dez anos de penosos trabalhos e aplicação contínua, e o conceito merecido aos sábios das nações estranhas mereçam também de algum modo ser contemplados” - mas a do “cargo que tem, que merece ser honrado”.<sup>50</sup> Neste sentido, preocupava-se - na linha de outros ilustrados setecentistas - com a formação de uma nobreza de novo estilo, instruída moral e cientificamente, consagrando a máxima de que “ser Fidalgo é ser útil e honrado”.<sup>51</sup>

À experiência de homem público, José Bonifácio alinhava uma insaciável sede de conhecimento sobre todos os assuntos que dissessem respeito ao Império português, o que procurava suprir, em grande medida, pelos estudos de História.<sup>52</sup> Assim, na linha seguida pelos demais reformistas da Academia de Lisboa - da qual tornara-se secretário, em 1812 - elaborava um raciocínio diacrônico, derivando não apenas os fundamentos da ideia de *decadência* do Reino - em grande medida imputada à “mania das Conquistas e Colônias”<sup>53</sup> e ao “sistema dos descobrimentos”<sup>54</sup> -, como uma espécie de receituário sobre a melhor “*arte de governar*”.<sup>55</sup>



A partir dos conhecimentos colhidos nas obras de *viajantes e naturalistas* que percorreram as regiões ultramarinas<sup>56</sup>, mas também nos *escritos dos jesuítas*<sup>57</sup> e nas correspondências dos administradores coloniais - com especial ênfase àquelas enviadas de São Paulo, sua capitania natal<sup>58</sup> - convencia-se da centralidade do Brasil na *regeneração* econômica do Reino, a partir de um novo *modelo de exploração colonial*. Este último, pautava-se na ideia do necessário desenvolvimento da indústria e dos incentivos à agricultura, tanto na metrópole quanto nas colônias, pois, segundo ele, ambas teriam “interesses iguais e recíprocos”, de forma que, “se a Colônia se empobrece sofre a Metrópole, e vice-versa. É uma Lei da Natureza”.<sup>59</sup>

Em suas inúmeras *Notas, Pensamentos e Memórias*, descrevia fielmente a natureza brasílica<sup>60</sup>, seu potencial econômico<sup>61</sup>, aspectos de sua demografia<sup>62</sup> e comércio, concluindo, ao fim e ao cabo, que “Portugal foi uma estrela errante que brilhou por um instante e apagou-se para sempre”<sup>63</sup>, cuja prosperidade econômica e soberania política dependeriam, necessariamente, da preservação e desenvolvimento do espaço imperial, em particular do Brasil, sustentado por uma *Monarquia ilustrada*, ao sabor da ensaiada no governo mariano<sup>64</sup>.

Este, portanto, o eixo norteador das reformas projetadas pelo Andrada para o mundo luso-brasileiro anteriormente a 1819, denunciador da *dialética entre tradição e modernidade*, que informara o esboço do seu projeto nacional. Já em 1797, sugeria a criação de *Sociedades Econômicas* e a *Reforma das Primeiras Escolas* em diversas províncias de Portugal e do Brasil<sup>65</sup>, ideia que embutia não só a preocupação com o desenvolvimento integrado entre as partes imperiais, mas com a formação de uma *elite pensante* que, atuando junto ao Rei, capitaneasse a modernização da sociedade e servisse de “pêndulo político ao Estado”<sup>66</sup>, barrando tanto as tendências democráticas - tidas como revolucionárias<sup>67</sup> - quanto às associadas ao despotismo.

\*

O referencial geo-político que sustentava o pensamento andradino sofreria uma inflexão a partir da transferência da Corte para o Rio de Janeiro, decisão esta acordada em Conselho de Estado reunido no contexto da Guerra Peninsular e, a nosso ver, condicionada pelo objetivo primordial de salvaguardar a soberania da Monarquia Lusitana, duplamente tributária da *preservação do domínio colonial americano* e da *pessoa real*.<sup>68</sup> De outro modo, a despeito das divergências acerca das alianças a serem adotadas no contexto da rivalidade anglo-francesa, foi a ideia do Brasil como esteio da Monarquia<sup>69</sup> que orientou os estadistas portugueses no sentido da decisão que inverteria o sentido de determinação do poder na esfera imperial, a qual José Bonifácio apoiava, convencido de que se “o Rei não passasse ao Brasil, perdia-se de certo este ou pelo ataque dos Ingleses, ou pelo levantamento dos Colonos”.<sup>70</sup>

De Portugal, passaria então a orientar as reformas implementadas pelo ministério de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, destinadas a criar as bases políticas da Monarquia que, progressivamente, enraizava-se no Novo Mundo.<sup>71</sup> Não mais limitados pelos entraves impostos pelo sistema colonial – o que explica o empenho em “promover a indústria popular”, inspirado na ideia de que “sem fábricas e manufaturas nenhum Estado é rico e independente”<sup>72</sup> – os projetos andradinos para o Brasil refletiam, desde então, a própria inflexão na visão imperial dos reformistas migrados com a Corte e das próprias elites coloniais:<sup>73</sup> ou seja, a de criação de um vasto e poderoso Império luso-brasileiro<sup>74</sup>, a partir da nova sede da Monarquia, de onde esperava-se regenerar o velho Reino europeu.

Neste sentido, pensando nos “grandes destinos” reservados ao “seu Brasil”<sup>75</sup>, era levado a tratar das forças centrípetas ao corpo político imaginado, as quais barravam o próprio encaminhamento das reformas. Preocupava-o as disputas intra-elites - formadas por homens “ignorantes, vadios, vis, intrigantes, devassos”<sup>76</sup>, movidos pelo sentimento de “liberdade individual, e não [...] a pública ou política”<sup>77</sup> - mas, principalmente, a questão do *índio* e do *negro*, obstando a constituição de um “povo”, fundamento da nação luso-brasileira. Definia, assim, como os “dois objetos capitais para o Brasil”, “Legislar e moldar de novo Índios e Escravos de raça Africana”<sup>78</sup>, propondo medidas capazes de integrá-los à sociedade, cabendo ao Estado - concebido como agente “civilizador” – a difícil amalgamação de uma população heterogênea, “como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, Índios, etc., em um corpo sólido e político”.<sup>79</sup>

Transferido para o cenário da Independência, em 1819, José Bonifácio reformulou seus projetos transitando, progressivamente, das condições da unidade luso-brasileira para as da integridade brasílica. Sob os impactos do novo regime Constitucional e no calor dos debates que sucederam o regresso do rei para Portugal, em abril de 1821, redigira seu primeiro documento oficial - as *Lembranças e Apontamentos*<sup>80</sup> aos deputados paulistas eleitos para comporem as Cortes instaladas em Lisboa - refletindo sobre a necessidade de Leis conciliadoras dos interesses dos dois reinos, mas, também, de uma legislação particular para o Brasil, defendendo que “as melhores instituições absolutamente não são as melhores relativamente”.<sup>81</sup>

Na sua essência, o programa paulista resgatava o projeto de “Império federativo” formulado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no final do século XVIII, necessário à preservação da *unidade* a partir de uma situação de *diversidades* - de natureza, clima e povos – entre as partes. Entretanto, a diferença que se impunha entre um momento e outro da elaboração da política imperial é que a união projetada em 1822 não se fundava numa natural reciprocidade de interesses ativada pelas relações comerciais entre metrópole e colônia, mas sim na imprescindível consagração da completa *paridade de direitos* entre os dois Reinos, cristalizada na carta constitucional. Enfoque

que impunha lidar com o problema da *representação política*, ausente das projeções imperiais anteriormente formuladas no bojo do reformismo ilustrado luso-brasileiro.

Destituída de uma suposta naturalidade pré-existente, a *união imperial* aparecia, na sua dupla dimensão: como *criação política* alicerçada, porém, numa *tradição*. Esta última se por um lado remetia à ideia de *Grande Império*, por outro não deixava de aludir às *diversidades* historicamente constituídas entre as partes do Brasil, cujas elites aferravam-se em *hierarquias sociais* e numa “*vontade de distinção*” das quais não cogitavam abrir mão.

Simultaneamente à orientação do debate nas Cortes e em oposição à insistência das deputações portuguesas em subtrair um representante do Executivo ao Brasil, delineava sua atuação junto às elites sulistas, articulando o consenso em torno da permanência do Príncipe, sob uma Monarquia Constitucional, sem a qual, acreditava, “não haveria um centro de força e união” capaz de resistir ao despotismo das Cortes e às forças centrípetas da sociedade brasileira, por ele potencializadas.<sup>82</sup> Por sua vez, “perdido o Brasil, está perdida a Monarquia”.<sup>83</sup>

No momento da Independência, portanto, o projeto nacional andradino desvendava a indissociável articulação que, na antevisão reformista, estabeleceu-se entre o ideal de Império e a preservação da Monarquia, reinterpretando-a, porém, segundo os interesses políticos do momento e sob um apurado diagnóstico da realidade brasílica que, se por um lado confirmava a convicção de sua superioridade natural - da qual fazia depender a “virilidade” da Monarquia -, por outro, condicionava seu aproveitamento e integridade à própria presença monárquica, fundamento do *constructo* político nacional.

\*

Nestes termos, se é verdade que o “Brasil fez-se Império antes de se fazer nação”<sup>84</sup>, não é menos correto afirmar que, no momento da Independência, esta última emerge como construção política necessária à própria perpetuação daquela herança. Conforme o próprio José Bonifácio, “o único [sistema] que poderia fundamentar o Império Constitucional e conservar a sua Integridade, Força e União” seria “converter homens, há longo tempo aviltados e sem pátria em Cidadãos honrados, ativos e valentes; seria criar então, como por milagre, uma Nação nova, grande e respeitável; seria formar um pacto social e adequado ao nosso local, aos nossos usos e costumes [...]”.<sup>85</sup>

“Construtor” porque “herdeiro” ou “herdeiro” ainda que “construtor”<sup>86</sup>, o fato é que a filiação de José Bonifácio com as ideias e práticas políticas gestadas no bojo do reformismo ilustrado luso-brasileiro, bem como seu comprometimento com os interesses da sociedade colonial e escravista, imporiam ao seu projeto nacional aquela “tradição” que, como bem reconheceu Marx, impõe-se aos homens justamente nos momentos em que se empenham em “criar algo que jamais existiu”.<sup>87</sup>

## NOTAS

<sup>1</sup> Longe de expressarem qualquer consenso analítico – dificuldade imposta pela própria necessidade de conciliar a universalidade do fenômeno nacional, com suas particularidades concretas – destacam-se os influentes estudos de: ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989; HOBSBAWM, E.. *Nações e nacionalismo desde 1780. Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 19; GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1983; SMITH, Anthony. *Las teorías del nacionalismo*. Barcelona: Península, 1976.

<sup>2</sup> Dentre outros, constituem marcos da historiografia brasileira sobre o nacional os trabalhos de: ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História colonial. 1500-1800*. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000; PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 9. ed., São Paulo: Brasiliense, 1969; HOLANDA, Sérgio Buarque de. A Herança colonial – sua desagregação. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965, Tomo II, 1o. v. 1, p. 10-39; NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 4. ed. Hucitec, 1986; DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 160-186.

<sup>3</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho. *História geral do Brasil*. 10 ed. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981. v. 3.

<sup>4</sup> WEHLING, Arno (Coord.). *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: IHGB, 1989.

<sup>5</sup> HOLANDA, op. cit.

<sup>6</sup> JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/Ed. Unijui/Fapesp, 2003. p. 21. (Estudos Históricos).

<sup>7</sup> SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Entrevista ao jornal *O Tamoio*, n. 21, 9 out. 1823, apud, VIANA, Hélio. José Bonifácio – Jornalista. RIHGB, v. 261, out./dez. 1963. p. 172.

<sup>8</sup> HOBSBAWM, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; GELLNER, Ernest. *Naciones y nacionalismo*. Madrid: Alianza, 1983.

<sup>9</sup> A expressão é empregada por Antônio Nunes Ribeiro Sanches, no texto *Dificuldades que tem um reino velho para emendar-se*, no qual postulava a inviabilidade de uma simples transplantação de métodos e modelos previamente construídos, para se “regrar um Império já feito”. (MENDES, Antônio Rosa. *Ribeiro Sanches e o Marquês de Pombal*. Intelectuais e poder no absolutismo esclarecido. Caiscais: Patrimônia Histórica, 1998. p. 143).

<sup>10</sup> BEIRÃO, Caetano. *D. Maria I - 1777-1792: subsídios para a revisão da História do seu Reinado*. 4. ed. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1944. p. 1-2.

<sup>11</sup> NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial: 1777 a 1808*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 14.

<sup>12</sup> DINIZ-SILVA, Andrée Mansuy. Groupes de pression et de décision dans la politique brésilienne du Portugal entre 1750 et 1808. *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer*. Paris, t. 67, n. 244-245, 1979.

<sup>13</sup> PIRES, Antônio Machado. *A idéia de decadência na geração de 70*. 2. ed. Lisboa: Vega Editora, 1992.

<sup>14</sup> SILVA, Ana Rosa Clocllet da. *Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

<sup>15</sup> BEIRÃO, op. cit., p. 237-253.

<sup>16</sup> Ibidem.

<sup>17</sup> PEREIRA, José Esteves. *O pensamento político em Portugal no Século XVIII*. António Ribeiro dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, s.d. p. 57-75.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 179-194.

<sup>19</sup> BRAGA, Teófilo. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*. Tomo III, Lisboa: Typ. da Academia Real das Ciências, 1898. p. 698 e 713.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 700-702.

<sup>21</sup> Ibidem, p. 727, 737 e 744.

<sup>22</sup> RIBEIRO, José Silvestre. *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da Monarquia*. Lisboa: Typ. da Academia Real das Ciências, v. 2, 1872. p. 150.

<sup>23</sup> FALCON, Francisco J. C. *A época Pombalina*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

<sup>24</sup> DOMINGUES, Francisco Contente. *Ilustração e catolicismo*. Teodoro de Almeida. Lisboa: Edições Colibri, s.d. p.120.

<sup>25</sup> Apud CARVALHO, Rômulo de. *D. João de Bragança, segundo Duque de Lafões, fundador da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Publicações da Academia das Ciências de Lisboa, 1987.

<sup>26</sup> CARVALHO, Rômulo de. *História natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua portuguesa, 1987; KURY, Lorelai B.; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. *Acervo*, Revista do Arquivo Nacional, v. 8, n. 1-2, p. 105-139, jan./dez. 1995.

<sup>27</sup> Diversos historiadores têm dedicado especial atenção às *Memórias Econômicas da Academia de Lisboa*, as quais cristalizam a visão reformista luso-brasileira acerca dos problemas que então afligiam o Reino e o Império, na sua totalidade. Dentre outros, vale frisar as seguintes obras: NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. 4. ed., São Paulo: Hucitec, 1986; CARDOSO, José Luis. *O Pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII: 1780-1808*. Lisboa: Estampa, 1989; TOSI, Pedro. *O Pensamento português de inspiração econômica: memórias econômicas da academia (1789-1815)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica), Unesp, Franca, 1992. Os cinco tomos das *Memórias Econômicas* – editadas, respectivamente, nos anos de 1789, 1790, 1791, 1812 e 1815, estão disponíveis na Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

<sup>28</sup> MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Uma sinfonia para o Novo Mundo: a Academia Real das Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração luso-brasileira na crise do Antigo Sistema Colonial. Tese (Doutorado em História), UFRJ, Rio de Janeiro, 1998, p. 33-43.

<sup>29</sup> NOVAIS, Fernando A. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 7, p. 108, mar. 1994.

<sup>30</sup> MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Política e natureza no reformismo ilustrado de D. Rodrigo de Souza Coutinho. In: PRADO, Maria Emília (Org.). *O Estado como vocação*. Rio de Janeiro:

ACCESS, 1999. p. 81-110.

<sup>31</sup> Basicamente, o Laboratório de Química, o Gabinete e o Museu de História Natural, o Gabinete de Física Experimental, o Observatório Astronômico, o Dispensatório Farmacêutico, o Gabinete Anatômico e o Real Jardim Botânico d'Ajuda, inspirados na reforma universitária de 1772 e vinculados às disciplinas da Faculdade de Filosofia por ela criada, cujos cursos destinavam-se a “formar pesquisadores de recursos naturais, botânicos, metalurgistas, enfim, homens capazes de identificar as riquezas do reino e explorá-las”. (PAIM, Antonio. *História do liberalismo Brasileiro*. São Paulo: Mandarin, 1998. p. 16).

<sup>32</sup> Ver a este respeito: CUNHA, D. Luis da Cunha. *Testamento Político*. Editora Alfa-Omega, 1976, e “Carta de Guia de Estadista Português no século XVIII”, localizada na Academia Real das Ciências de Lisboa, Série Azul, manuscrito n. 490.

<sup>33</sup> CLUNY, Isabel. *D. Luis da Cunha e a idéia de diplomacia em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

<sup>34</sup> D. Luis da Cunha. Instruções a Marco Antônio de Azevedo Coutinho, de 1736. Apud MELLO, Evaldo Cabral de. *Um imenso Portugal*. História e historiografia. São Paulo: Ed. 34, 2002. p. 36.

<sup>35</sup> Tal diagnóstico sobrepuja-se ao enfoque “relativista” sobre a situação de Portugal - registrada nos escritos dos primeiros estrangeirados, preocupados em marcar o descompasso cultural e econômico do Reino frente à “cultura Europa” - indicando antes um raciocínio diacrônico, voltado para a comparação entre estágios distintos de um mesmo processo. (PIRES, op. cit., p. 17-19 e 27).

<sup>36</sup> Conforme o discurso preliminar do Abade Corrêa da Serra, registrado no primeiro volume das Memórias Econômicas da Academia, tratava-se de aprofundar os “antigos sucessos [...] e dar a conhecer o que já nos serviu de proveito, ou ruína, as causas por que crescemos, ou diminuimos em número, em forças, em luzes, em riquezas”. Enfim, o “conhecimento do que a Nação é, e do que pode ser, pelo que já tem sido [...]”. (“Discurso Preliminar” das *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, tomo I, 1789).

<sup>37</sup> ARAÚJO, Valdei Lopes. *A experiência do tempo*. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: HUCITEC, 2008.

<sup>38</sup> NOVAIS, op. cit.

<sup>39</sup> Instruções de Martinho de Melo e Castro a Luiz de Vasconcellos e Sousa, acerca do Governo do Brasil, Palácio de Salva Terra dos Magos, 27 jan. 1779. *RIHGB*, t. 25, p. 480, 1862.

<sup>40</sup> Já a 30 out. 1783 o Andrada matriculava-se no curso de Leis, ao qual acresceria, um ano depois, o de Filosofia e Matemática. Do primeiro, obteria o grau de bacharel em julho de 1787; do segundo, em Julho daquele ano, não finalizando o terceiro. (FREITAS, Divaldo Gaspar de. José Bonifácio em Coimbra. *Estudos vários sobre José Bonifácio de Andrada e Silva*. Santos, 1963. p. 86).

<sup>41</sup> Instruções do ministro Luiz Pinto de Souza, relativas à viagem de aperfeiçoamento técnico através da Europa. In: FALCÃO, Edgard de Cerqueira (Org.), *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. II, 1965. p.169-170.

<sup>42</sup> Em abril de 1801, José Bonifácio ocupou o cargo de Intendente Geral das Minas e Metais do Reino, antecipadamente a ele destinado. Enquanto Intendente, administrara as Minas de Carvão de pedra de Buarcos e São Pedro da Cova, a mina de ouro de Adiça e, finalmente, as Reais Minas de Galena de Chumbo de Vontozello e de Antimônio de Vallongo, “além dos



trabalhos gerais de pesquisas metálicas” sempre por ele “curados e ordenados”. Além desta função mais técnica, seria também presidente da União Particular de Inspeção - o cargo de Inspetor Geral de todas as Minas e Metais ficava com o próprio Conde de Linhares - e de todas as juntas ou Feitorias das comarcas do Reino, cargo que exigia, além de conhecimentos práticos de Montanística e Metalurgia, alguém com formação em Leis e Filosofia; Diretor do Real Laboratório da Casa da Moeda, em novembro de 1801; Desembargador da Relação da Casa do Porto, em 1805, e Superintendente do Rio Mondengo e Obras Públicas, em 1807. (BARATA, Mário. Viagens de estudos científicos de José Bonifácio e atividades na Intendência das Minas de Portugal. *RIHGB*, v. 260, p. 252-255, 1963.).

<sup>43</sup> Apud, *Ibidem*, p. 254.

<sup>44</sup> *Nota de José Bonifácio de Andrada e Silva, criticando os lentes da Universidade de Coimbra*. (IHGB, Col. José Bonifácio, lata 192, doc. 37).

<sup>45</sup> Numa correspondência a Domingos de Souza Coutinho, o Conde de Funchal, datada de 1813, José Bonifácio referia-se à “perseguição do Cafre Luís de Vasconcelos, de bestial memória”. (VIANNA, Hélio. *Correspondência de José Bonifácio (1810-1820)*. Separata do n. 55 da *Revista de História*. São Paulo, p. 232, 1963).

<sup>46</sup> Assim, já em 1802, José Bonifácio encaminhava uma *Representação* a D. Rodrigo, queixando-se da sua pensão, com a qual “é impossível viver e sustentar a minha família com a decência que exige o meu cargo, bastar aos gastos grandíssimos de viagens contínuas pelo Reino, que deve conhecer mineralógica e metalurgicamente, pagar casas em Coimbra e Lisboa, comprar Livros e instrumentos, de que necessito para me não atrasar nas ciências, que cultivo por gosto e para bem do Estado, e fazer outras despesas inevitáveis [...]”. (*Representação de José Bonifácio de Andrada e Silva a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as explorações das Minas Metálicas e de Carvão*”, 26 de Julho de 1802. (ANRJ, Negócios de Portugal, cx 679, pac 2, doc 4)).

<sup>47</sup> *Notas sobre Agronomia*. (IHGB, Col. José Bonifácio, lata 191, doc 36).

<sup>48</sup> *Ibidem*.

<sup>49</sup> “*Apontamentos*”- *sobre os tolos, o amor, o gosto apurado, nação ignorante, etc.* (MP, Col. José Bonifácio, doc 226).

<sup>50</sup> *Representação de José Bonifácio de Andrada e Silva a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as explorações das Minas Metálicas e de Carvão*”, 26 de Julho de 1802, op. cit.

<sup>51</sup> *Notas sobre fidalguia*. (IHGB, Coleção José Bonifácio, lata 191, doc 47, s.d.).

<sup>52</sup> SILVA, Ana Rosa Clochet da. A História na “história” de José Bonifácio: fundamentos de um projeto nacional. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 29, p. 115-125, 2003.

<sup>53</sup> *Notas sobre a despopulação de Espanha e decadência de Portugal*. (IHGB, Coleção José Bonifácio, lata 192, doc 64).

<sup>54</sup> *Diário e observações sobre minhas leituras, conversações e passeios*. (Museu Paulista, Coleção José Bonifácio, doc 192).

<sup>55</sup> “Discurso Histórico recitado na Sessão pública de 24 de Junho de 1818, pelo Secretário José Bonifácio de Andrada e Silva”. *História e memórias da academia real das ciências de Lisboa*, t. VI, parte I, Typ. da mesma Academia, 1819, p. VI-VII. (*Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Seção de Obras Raras, 17A, 6, 38).

<sup>56</sup> Casos de Mr. De la Flotte, em seu *Essais historiques sur l'Inde*, de 1769; de Jean François de La Harpe, em *Histoire Générale des Voyages*; de Auguste de Saint-Hilaire, em *Notas do Aperçu*

*d'un voyage dans l'intérieur du Brésil*, de Henri Koster, *Voyages dans la partie septentrionale du Brésil*, e do naturalista alemão Alexander von Humboldt. Ver referências a estas leituras nos respectivos documentos; *Notas Históricas*. (IHGB, Coleção José Bonifácio, lata 191, doc 55); *Extratos da História Geral das Viagens de La Harpe*, tomo 13, s.d. (IHGB, Lata 192, doc 44); *Notas do Aperçu d'un voyage dans l'intérieur du Brésil*, de Auguste Saint-Hilaire, s.d. (IHGB, Coleção José Bonifácio, lata 191, doc 28); *Voyages dans la partie septentrionale du Brésil*, de Henri Koster, 1818. (IHGB, Coleção José Bonifácio, lata 191, doc 30); e seus *Extratos de Humboldt* (IHGB, Coleção José Bonifácio, lata 191, doc 6/ MP, Coleção José Bonifácio, doc I-1,11,149).

<sup>57</sup> Os escritos do Padre Antônio Vieira eram frequentemente citados pelo Andrada, o qual ressaltava o valor da sua *Gramática e Vocabulário Brasilico*, bem como as sugestões relacionadas ao melhor aproveitamento das Conquistas. (*Notas sobre Filosofia, viagens e notas filológicas*. (IHGB, Coleção José Bonifácio, lata 192, doc 17). Era ainda o padre Lozano, “historiador do Paraguai jesuítico”, quem lhe informava sobre os feitos dos paulistas, povo pelo qual José Bonifácio revelava uma especial atenção. (*Apud*. VIANNA, Helio. A História no Arquivo de José Bonifácio. *RIHGB*, v. 260, p. 306, 1963). Ver, ainda seus *Comentários sobre o trabalho de Duarte Ribeiro de Macedo a respeito do Brasil e Decadência do Reino de Portugal*”. (IHGB, Coleção José Bonifácio, lata 192, doc 66).

<sup>58</sup> *Notas sobre a Alfândega de Santos*, s.d. (IHGB, Coleção José Bonifácio, lata 192, doc 21).

<sup>59</sup> “Apontamentos extraídos da obra *Des colonies et la révolution actuelle de l'Amérique*”, de De Pradt, 1817”. (*Museu Paulista*, Coleção José Bonifácio, doc 89). Raciocínio amplamente tributário dos princípios ideológicos propagados por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a partir de 1798, conforme estudo de: LYRA, Maria de Lourdes Viana. *Utopia do poderoso império, Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

<sup>60</sup> Destacam-se aqui documentos como *Notas sobre acidentes entre os rios Cochim e Tietê*, s.d. (IHGB, Coleção José Bonifácio, lata 191, doc 76); *Notas sobre Guaira-Paraná*, s.d. (IHGB, Coleção José Bonifácio, lata 191, doc 49).

<sup>61</sup> A mineralogia convertia-se na temática privilegiada destes documentos. Além da sua *Mémoire sur les diamants du Brésil*, apresentada à *Société d'Histoire Naturelle de Paris*, em 1791 (*Mémoire sur les Diamants du Brésil*. In: FALCÃO, op. cit., vol. I, p. 50-56), encontram-se entre seus escritos: *Notas sobre a mineração do ouro e um mapa das camadas minerais no vale do rio do Carmo, ao pé de Vila Rica*, s.d. (IHGB, Coleção José Bonifácio, lata 175, doc 60); *Notas sobre diversas minas de ouro existentes no Brasil*, s.d. (IHGB, Coleção José Bonifácio, lata 191, doc 14).

<sup>62</sup> Data de 1820 seu cálculo demográfico mais sistematizado para a província de S. Paulo, intitulado *População da Província de S. Paulo no ano de 1820*. (*Museu Paulista*, Coleção José Bonifácio, doc 1534). Entretanto, mesmo os documentos mais dedicados à questão da natureza brasileira descrevem, com frequência, aspectos que singularizavam as populações locais.

<sup>63</sup> “Apontamentos extraídos da obra *Des colonies et la révolution actuelle de l'Amérique*”, de De Pradt, 1817”. (*Museu Paulista*. Coleção José Bonifácio, doc. 89).

<sup>64</sup> *Elogio Acadêmico da Senhora D. Maria Primeira*, recitado por José Bonifácio por ocasião da morte da Rainha, em 1817. In: FALCÃO, op. cit., vol. II, p. 65. Sua concepção de Monarquia Ilustada aproxima-se, em muitos aspectos, daquela vislumbrada por D. Rodrigo de Souza Coutinho, conforme estudo de SILVA, Pedro Miguel Carvalho Alves da. *Dispotismo Luminoso*. Introdução ao pensamento de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1997.

<sup>65</sup> *Notas sobre Sociedades Econômicas e Reforma das Primeiras Escolas*. (IHGB, Coleção José Bonifácio, lata 191, doc 38).

<sup>66</sup> *Ensaio crítico e filosófico sobre o velho testamento e mais assuntos e notas relativas à bíblia, povos e religiões antigas*. (IHGB, Coleção José Bonifácio, lata 192, doc 43).

<sup>67</sup> A aversão aos governos democráticos - mais tarde vertida na oposição “a convocação de uma Assembléia Constituinte e Legislativa no Brasil – seguramente pesou o exemplo da Revolução francesa e seus desdobramentos, cuja fase mais radical foi presenciada por José Bonifácio durante sua estada em Paris, em 1791. (SILVA, Ana Rosa Cloquet da. *Construção da Nação e Escravidão no pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva – 1783-1823*. Campinas: Ed. Unicamp/Centro de Memória, 1999. p. 83-92).

<sup>68</sup> SILVA, Ana Rosa Cloquet da. Em nome do Rei e do Império. O debate que precedeu a transferência da corte para o Brasil. *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Campinas: PUCCAMP, Faculdade de História, ano 39, p. 39-53, 2007.

<sup>69</sup> Sobre o peso da visão imperial na transferência da Corte para o Brasil e o teor dos debates transcorridos no Conselho de Estado português, reunido em Novembro de 1807, ver: SILVA, Ana Rosa Cloquet da (2006), op. cit., p. 175-200.

<sup>70</sup> *Notas sobre as Antilhas; Pensamentos; Relação de Obras*. (IHGB, Coleção José Bonifácio, lata 191, doc 82).

<sup>71</sup> A intenção de resguardar em Portugal um continuador das reformas ilustradas justifica, em grande medida, a resistência do Conde de Linhares em atender aos insistentes pedidos de José Bonifácio para retornar ao Brasil, após 1808. Conforme reconhecia numa correspondência, apesar “do desejo que tive sempre de vê-lo aqui [...] nunca deixei de lembrar-me da falta que fará ao Real Serviço no Reino, e por isso é que me não viu tão ativo neste ponto”. (*Carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho a José Bonifácio*. Rio de Janeiro, 26 Abril 1810. *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Seção de Manuscritos, I- 4,30,38).

<sup>72</sup> *Elogio Acadêmico da Senhora D. Maria Primeira*, op. cit., p. 78. Lembrava-se da necessidade de aperfeiçoamento e aumento das salinas da Costa e nitreiras naturais do Centro da Bahia, da promoção das pescarias e pecuária e, especialmente, da indústria de “lãs, seda e cânhamos”. (*Lembranças Avulsas*. IHGB, Coleção José Bonifácio, lata 191, doc 73).

<sup>73</sup> Conforme nota Viana Lyra, já ao aportar no Rio de Janeiro, D. João foi saudado com vivas de “Imperador do Brasil”. Este sentimento de adesão ao Império, contudo, não foi uniformemente compartilhado pelas elites coloniais – predominando entre as elites do Centro sul, mais diretamente beneficiadas pelas políticas desenvolvimentistas empreendidas pelo reinado joanino – e, tampouco, significou a ligação destas aos destinos do país como um todo. Vislumbrando antes as vantagens locais passíveis de serem auferidas pelo novo equilíbrio do poder na esfera imperial, 1808 representou antes um marco no despertar destes homens “para os propósitos e medidas políticas que atingiam diretamente a vida de vilas e arraiais onde moravam”. (*A utopia do poderoso império, Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994; CHAMON, Carla Simone. *Festejos Imperiais: festas cívicas em Minas Gerais (1815-1845)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. p. 68; LENHARO, Alcir Lenharo, *As tropas da Moderação*. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil. 1808-1824. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993).

<sup>74</sup> LYRA, op. cit.

<sup>75</sup> *Carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho a José Bonifácio*. Rio de Janeiro, 26 Abril 1810, op. cit.

<sup>76</sup> *Socorros para Portugal*. (IHGB, Coleção José Bonifácio, lata 191, doc. 64).

<sup>77</sup> “Apontamentos sobre política”, Coleção José Bonifácio, Museu Paulista, doc 228.

<sup>78</sup> *Lembranças Avulsasi* (IHGB, Coleção. José Bonifácio, lata 191, doc. 73).

<sup>79</sup> *Cartas de José Bonifácio ao Conde de Funchal*. Lisboa, 1812-1813. (IHGB, Coleção José Bonifácio, lata 191, doc 4).

<sup>80</sup> Lembranças e apontamentos do governo provisório para os senhores deputados da província de São Paulo. In: *Obra Política de José Bonifácio*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, v. 2, p. 17.

<sup>81</sup> Ideias de José Bonifácio sobre a Organização Política do Brasil, quer como Reino Unido a Portugal, quer como estado independente. In: *Obra política de José Bonifácio*, op. cit., p. 9-13.

<sup>82</sup> “Notas íntimas”, de José Bonifácio, in: *Obra política de José Bonifácio*, op. cit., v. II, p. 119. Sobre a projeção da *persona* de D. Pedro I, corporificando a própria Nação, ver: SOUZA, Iara Lis Carvalho Souza. *Pátria Coroada*. O Brasil como corpo político autônomo- 1780-1831. São Paulo:UNESP, 1999.

<sup>83</sup> Manifesto de 6 de Agosto de 1822. Sobre as relações políticas e comerciais com os governos e nações amigas. In: *Obra política de José Bonifácio*, op. cit., vol. 2, p. 203.

<sup>84</sup> MELLO, Evaldo Cabral de Mello. *Um imenso Portugal. História e historiografia*. São Paulo: Ed. 34, 2002. p. 24.

<sup>85</sup> José Bonifácio de Andrada e Silva, entrevista ao jornal *O Tamoio*, op. cit.

<sup>86</sup> MATTOS, Ilmar R. Construtores e herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política. *Almanack Braziliense* (Online), São Paulo, v. 1, n. 1, p. 8-26, 2005.

<sup>87</sup> MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 17-18.

**Artigo recebido em janeiro de 2012. Aceito em novembro de 2012.**